

Cooperação, solidariedade e autogestão enquanto ferramentas para emancipação social de comunidades da Amazônia brasileira e o caso dos indicadores de bem-estar para povos tradicionais (IBPT)

Cooperation, solidarity and self-government as tools for social emancipation of communities of the Brazilian Amazon and the case of the IBPT

Cooperación, solidaridad y autogestión como herramientas para la emancipación social de comunidades de la Amazonia brasilera y el caso de los Indicadores de Bienestar para Pueblos Tradicionales (IBPT)

Luiz Barboza Lacerda

Dossier: Territorios indígenas y conflictos transfronterizos

Artigo de pesquisa. Editores: Carlos Del Carpio Penagos, Carlos Zárate Botía.

Data de envio: 2017-04-21. **Devolvido para revisões:** 2017-08-02. **Data de aceitação:** 2017-08-09.

Como citar este artigo: Lacerda, L. Barboza. (2018). Cooperação, solidariedade e autogestão enquanto ferramentas para emancipação social de comunidades da Amazônia brasileira e o caso dos Indicadores de Bem-Estar para Povos Tradicionais (IBPT). *Mundo Amazônico*, 9(2): 87-110.
<http://dx.doi.org/10.15446/ma.v9n2.64204>

Resumo

Buscamos averiguar se o resgate de práticas pautadas pelos princípios da cooperação, solidariedade e autogestão, podem ser ferramentas eficientes no processo de reconstrução e fortalecimento das estruturas locais e consequente conquista de emancipação social em vinte e duas comunidades indígenas e ribeirinhas do município de Benjamin Constant, região do Alto Solimões, na Amazônia brasileira. Nossa plataforma de observação destes princípios são atividades desenvolvidas pelo projeto Bem Viver entre os anos de 2010 a 2016, em cinco áreas: Agricultura Familiar, Potabilização de Água, Meliponicultura, Piscicultura e Artesanato. O trabalho possibilitou a operacionalização de um filtro cultural sobre estes conceitos teoricamente tão conhecidos, nos levando a compreender o que, para estas comunidades, pode ser entendido enquanto cooperação, solidariedade e autogestão, assim como que tais práticas caminham em direção ao que por eles também é definido enquanto emancipação social. Os resultados indicam elementos significativos para compreendermos os avanços e desafios endógenos e exógenos às comunidades, no processo de conquista da emancipação social. Para, além disto, ao longo deste processo questionam-se não apenas as formas e consequências das intervenções no território amazônico, mas também as maneiras de as mensurar. Contrapondo-se aos macroindicadores, que na maioria das vezes promovem uma percepção distorcida da realidade amazônica, apresentamos o debate sobre a construção dos Indicadores de Bem-Estar para Povos Tradicionais (IBPT) e sua aplicabilidade em comunidades indígenas e ribeirinhas da Amazônia brasileira.

Palavras-chave: emancipação social; comunidades amazônicas; cooperação; autogestão; Indicadores de Bem-Estar para Povos Tradicionais (IBPT).

Luiz Barboza Lacerda. Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida - OLMA/ Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. olma@jesuitasbrasil.org.br

Abstract

We seek to ascertain if the recovery of practices guided by the principles of cooperation, solidarity and self-management can be efficient tools in the process of reconstruction and strengthening of local structures and consequent conquest of social emancipation in twenty-two indigenous and riverside communities of the municipality of Benjamin Constant, Alto Solimões, in the Brazilian Amazon. Our platform for observing these principles are activities developed by the Bem Viver project between 2010 and 2016, in five areas: Family Agriculture, Water Potabilization, Meliponiculture, Fish Farming and Handicrafts. The work allowed the operationalization of a cultural filter on these theoretically well-known concepts, leading us to understand what, for these communities, can be understood as cooperation, solidarity and self-management, as well as that these practices go towards what for them too is defined as social emancipation. The results indicate significant elements to understand the endogenous and exogenous advances and challenges to the communities, in the process of conquering social emancipation. In addition, during this process, not only the forms and consequences of the interventions in the Amazonian territory are questioned, but also the ways of measuring them. In contrast to the macro indicators, which most often promote a distorted perception of the Amazonian reality, we present the debate about the construction of the Welfare Indicators for Traditional People (IBPT) and their applicability in indigenous and riverside communities of the Brazilian Amazon.

Keywords: social emancipation; Amazonian communities; cooperation; self-management; Welfare Indicators for Traditional Peoples (IBPT).

Resumen

Buscamos averiguar si el rescate de prácticas regidas por los principios de la cooperación, solidaridad y autogestión pueden ser herramientas eficientes en el proceso de reconstrucción y fortalecimiento de las estructuras locales y la consecuente conquista de la emancipación social en veintidós comunidades indígenas y ribereñas del municipio de Benjamin Constant, región de Alto Solimões, en la Amazonia brasilera. Nuestra plataforma de observación de estos principios son actividades desarrolladas por el proyecto de Buen Vivir entre los años 2010 y 2016, en cinco áreas: agricultura familiar, potabilización del agua, meliponicultura, piscicultura y artesanía. El trabajo posibilitó la operacionalización de un filtro cultural sobre estos conceptos teóricamente tan conocidos, llevándonos a comprender qué puede ser entendido como cooperación, solidaridad y autogestión para estas comunidades, así como que tales prácticas caminan en dirección a lo que por ellos también es definido como emancipación social. Además de esto, a lo largo de este proceso se cuestionan no solo las formas y consecuencias de las intervenciones en el territorio amazónico, sino también las maneras de medirlas. En contraposición a los macroindicadores, que en la mayoría de las veces promueven una percepción distorsionada de la realidad amazónica, presentamos el debate sobre la construcción de los Indicadores de Bienestar para Pueblos Tradicionales y su aplicabilidad en comunidades indígenas y ribereñas de la Amazonia brasilera.

Palabras clave: emancipación social; comunidades amazónicas; cooperación; autogestión; Indicadores de Bienestar para Pueblos Tradicionales (IBPT).

Introdução

É comprovado que o histórico de intervenções operacionalizadas pela racionalidade moderna¹ provocou prejuízos às comunidades tradicionais da Amazônia. Estas práticas calcadas no desrespeito às culturas nativas, no assistencialismo político-partidário e na exploração mercantil da selva ocasionaram à desagregação do tecido social em comunidades indígenas e ribeirinhas. Este fenômeno é responsável, nos dias de hoje, por um enfraquecimento da coesão comunitária, monetarização das relações interpessoais, abandono de práticas tradicionais de ajuda mútua, perda da soberania sobre o território e a degradação de sistemas ambientais.

Acreditamos que práticas pautadas pelos princípios da cooperação, solidariedade e autogestão podem ser ferramentas eficientes na reconstrução das estruturas locais e da construção de emancipação social. Afirmamos isto nos debruçando em experiências construídas nos últimos seis anos (2010-2016) em conjunto com vinte e duas comunidades indígenas e ribeirinhas do município de Benjamin Constant, na Amazônia brasileira. Os trabalhos com estas comunidades foram desenvolvidos em cinco áreas de atuação, a saber: agricultura familiar, potabilização de água, meliponicultura, artesanato e piscicultura, assumindo como eixos transversais, justamente a aplicação dos princípios supracitados.

Tais ações, em conjunto com as lideranças comunitárias e uma rede de apoio composta pela Prefeitura de Benjamin Constant, a Diocese do Alto Solimões, a Universidade Federal do Amazonas, a Universidade Estadual do Amazonas e o Grupo de Pesquisa Educação e Diversidade Amazônica (GPEDA), foram protagonizadas pelo Instituto Sindical para Cooperação para o Desenvolvimento (ISCOS), no âmbito do Projeto Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica do Brasil (2010-2013) e posteriormente do Projeto Bem Viver (2013-2016).

O trabalho operacionalizou um filtro cultural sobre estes princípios teoricamente tão conhecidos, nos levando a compreender o que, para estas comunidades, pode ser entendido enquanto cooperação, solidariedade e autogestão. Os resultados aspiram reflexões sobre elementos fundantes ao processo de empoderamento e (re)coesão comunitária de populações indígenas e ribeirinhas, processos estes que propõem novos arranjos conjunturais na necessária equilíbrio entre o que é inovador e o que é tradicional. Indicam ainda, elementos significativos para compreendermos os avanços na conquista da emancipação social e na medição do bem-estar.

A construção de indicadores específicos e adequados a cada realidade, especificamente à realidade amazônica, é uma evidência e uma necessidade; e neste sentido propomos o fortalecimento de experiências avaliativas originais e que levem em conta os aspectos centrais das culturas tradicionais. Neste intuito apresentamos também os Indicadores de Bem-Estar para Povos Tradicionais (IBPT).

Clareando princípios orientadores: cooperação, autogestão e solidariedade

Cooperação, autogestão e solidariedade são princípios orientadores desta reflexão, pois, através da construção de práticas comunitárias embasadas sobre eles que pretendemos averiguar a possibilidade de fortalecimento e empoderamento de comunidades indígenas e ribeirinha.

A literatura sobre tais princípios é ampla no universo das ciências sociais e não temos o interesse de realizar uma revisão aprofundada sobre as diversas nuances que assumem ao longo das diferentes escolas teóricas (para saber mais, v. Anjos 2012; Bobbio 2004; Gaiger 2004; Lacerda & Veronese 2011). O que nos cabe aqui, para tanto, é uma breve conceituação que assumimos como adequada; a explanação dos motivos que nos levaram a assumir estes princípios enquanto possibilidade de mola motriz para a emancipação social de populações tradicionais da Amazônia, e por fim, compreender como se caracterizam cooperação, solidariedade e autogestão para tais comunidades e a relação que tais princípios estabelecem com o ideário local de bem-estar.

A linha conceitual dos princípios que adotamos como orientadores derivam do campo de estudo denominado outras economias e especificamente, do movimento social da economia solidária no Brasil. Estão aí, justamente, os elementos motivacionais que nos levam a adotá-los enquanto orientadores: primeiramente, estudos anteriores (Lacerda 2013) no campo do trabalho alternativo nos possibilitaram comprovar que a aplicação destes princípios na construção de coletivos laborais, gerou efetiva emancipação social, autonomia e benefícios monetários e não monetários aos trabalhadores e trabalhadoras, rurais e urbanos, envolvidos nestas propostas de trabalho. Segundo, a aplicação de tais princípios ao estudo das comunidades indígenas e ribeirinhas do Alto Solimões é pertinente, pois cooperação, autogestão e solidariedade são práticas antigas nestas realidades. Terceiro, porque são princípios exatamente opostos aos empregados pela racionalidade moderna ao longo de suas produções sociais e sendo assim, apresentam grande potencial em tornarem-se ferramentas adequadas para a construção da emancipação social e bem-estar.

Desta forma, a seguir apresentaremos o marco teórico inicial de nossas reflexões a respeito destes princípios, posteriormente explicitando relatos dos comunitários que simbolicamente representam o conjunto de depoimentos colhidos ao longo destes anos de pesquisa e que nos permitem traçar uma conceituação característica sobre cooperação, solidariedade e autogestão para essas populações.

Cooperação é um ato em conjunto, ato de cooperar, operar simultaneamente, embasado na ajuda mútua em prol do bem-estar de um indivíduo ou coletividade. Refere-se, portanto, ao intuito de partilhar de forma espontânea ou planejada o trabalho necessário para a produção de uma vida social. Encontra-se imbuída de uma percepção ética de sujeito e de mundo aberto e inclinado ao ato de cooperar, de construir relações de reciprocidade (Jesus & Tiriba 2009).

Nas palavras de Ernesto, da comunidade Tikuna de Porto Espiritual:

Na época também tinha muita amizade, muita camaradagem entre as pessoas, hoje mudou muito, eu queria que fosse sempre daquele jeito. Nós trabalhava [sic] com muita farinha, mandioca, banana e quando não tinha os outros davam. De fora não comprava quase nada e ninguém tinha isso de passar fome. Os vizinhos chamavam para a casa, davam comida, festejavam e trabalhavam juntos, era união. Ninguém pedia dinheiro para ir ajudar o outro. (Diário de campo, 12/05/2013)

A fala de Ernesto representa um conjunto unânime de declarações que nos auxiliam a conceituar *cooperação*, nestas comunidades, como:

Ação e estratégia de sobrevivência e reprodução cotidiana da vida comunitária; ato de agir de maneira organizada e em conjunto, incentivado por alguma liderança legitimada socialmente ou pelo grupo de pessoas beneficiárias; algo que possui como base o princípio da solidariedade, que era mais forte no passado e que se desgastou ao longo do tempo. Algo que está monetarizado, enfraquecido e deve ser resgatado. Denominado geralmente de Ajuri²: ato de ajudar, cooperar, mutirão, colaborar em coletivo para o bem comum ou de um grupo específico. (Diário de campo, 12/05/2013)

O Ajuri, terminologia utilizada por comunidades indígenas e ribeirinhas de toda a Amazônia ocidental brasileira, coloca-se sobre uma base organizativa, de maneira liderada, que na maior parte dos casos não é intermediada pelo dinheiro e por isto, restringe-se geralmente às ações no âmbito geral da comunidade, como limpeza ou organização de festas. Distingue-se de outras formas de cooperação, como no caso da cooperação para produzir ou comercializar, visto que estas, muitas vezes, se encontram permeadas pela remuneração entre seus participantes. É aquilo, portanto, que ainda guarda a ideia de ação gratuita e coletiva por um bem realmente comum, que geralmente é a comunidade. Por sua vez, a solidariedade que aqui assumimos coloca-se na contraposição de uma solidariedade filantrópica, originada geralmente por um altruísmo de classes burguesas ou de instituições caritativas. A solidariedade aqui se refere a um princípio de democratização societária que resulta em ações coletivas de cooperação, na maior parte dos casos incentivada por vínculos afetivos.

Se na cooperação existe uma forte tendência a cooperar em torno daquilo que mutuamente se identifica, se deseja ou irão se beneficiar as partes, a solidariedade amplia este horizonte possibilitando aos agentes solidarizarem-se não necessariamente com algo que lhe diz respeito diretamente e assim, suprime, por vezes, a obrigatoriedade de reciprocidade (Laville 2009).

Como afirma Gabriel da comunidade ribeirinha de São Gabriel:

Solidariedade eu acho que é mais um sentimento do que uma ação, já que nós vivemos tudo junto aqui, tem que ajudar, apoiar um ao outro, não é aquilo que eu ajudo hoje porque eu posso precisar amanhã, eu ajudo hoje porque o outro

precisa, eu posso nunca precisar dele, mas é bom ajudar. O pessoal se ajuda mais aqui entre casa e vizinhos, sabe? Aqueles que moram perto um do outro. (Diário de campo, 12/05/2013)

Desta forma, solidariedade para tais comunidades pode ser *um ato de apoio e ajuda não intencional, que pode ou não caracterizar-se como cooperação; um sentimento de cumplicidade atrelado pela percepção de pertinência a um mesmo território e/ou universo cultural e familiar; ação declarada como descompromissada da intencionalidade secundária de solicitar ou desejar algo em troca; não necessariamente exige articulação de um líder ou respeita uma hierarquia instituída; horizontalmente, se estabelece sobre a base do afeto e do vínculo; possui caráter pontual e raramente uma base relacional intermediada pela monetarização.*

A solidariedade nestas comunidades indígenas e ribeirinhas toma como base as relações de afetivas de parentesco e vizinhança, portanto, na maioria das vezes não se estendem para o todo da comunidade, delimitam-se a espaços geográficos aproximados. Solidariza-se com o parente ou com o vizinho que comparte a proximidade da casa ou os laços de família.

Esta solidariedade não necessita do incentivo organizacional da liderança; sendo assim, surge com maior espontaneidade. Se liderada e de maneira organizada e sistêmica com foco objetivo, pode vir a tornar-se cooperação, caso contrário, assume o caráter denominado pelos informantes de *apoio* ou *ajuda*. Neste caso, diferentemente da cooperação que toma como foco *aquilo que se faz*; na solidariedade o que mais importa é o *para quem se faz aquilo*.

Autogestão, por sua vez, é um processo organizativo que prioriza e radicaliza a democracia direta. A relevância do grupo e as deliberações que surgem de seus encontros são fatores-chaves para a operacionalização do conceito. Neste espaço são distribuídos democraticamente os direitos de voz e voto. Através deste procedimento pretende-se excluir a figura centralizadora do mandatário e os fluxos hierárquicos nos processos decisórios e para isto, exige-se alto grau de participação e envolvimento (Mothé 2009).

Como afirma Juarez da comunidade ribeirinha de São José:

O espaço mais importante é assembleia, às vezes chama de assembleia, às vezes de reunião. Ela é aberta, todo mundo pode participar, mulher, homem, adolescente, criança, novo e velho, é quando junta toda a comunidade pra debater aquele assunto. A opinião de todos é válida, não é porque sou presidente que eu faço tudo sem perguntar, pelo contrário, tudo que é pra nós eu tenho que saber a opinião deles. (Diário de campo, 07/13/2014)

A fala de Juarez também representa uma ideia generalizada e uníssona em entrevistas e grupos focais sobre como as comunidades compreendem aquilo que conceituamos autogestão: *lugar coletivo e aberto de conversa, debate*

e decisão dos principais temas que afetam a vida de todos que moram naquele espaço; onde todos podem falar e ser escutados, cada um na sua vez; espaço onde a maioria geralmente delibera; articulado pela liderança legitimada, que intima seu acontecimento, organiza seu fluxo e executa as ações deliberadas.

Percebe-se que nos casos estudados, aquilo que denominamos de autogestão ganha contornos bem específicos: o consenso geralmente encontra-se em segundo plano enquanto estratégia deliberativa, tomando frente os processos de votação e de maioria. Diferentes de algumas tendências teóricas, nestes casos o processo de autogestão é coordenado e executado por uma figura específica, assumindo a liderança papel central neste processo. Mesmo assim, como ideário, mantém-se a concepção de um espaço aberto e democrático. Estes espaços materializam-se geralmente em lugares coletivos da comunidade como a escola, a sede da associação ou a igreja e seu sucesso ou fracasso depende muito da forma como esta autoridade legitimada administra o processo. Na maioria das comunidades a autogestão nestes moldes apresenta uma sistematicidade mensal e geralmente conta com a presença efetiva de adultos, homens e mulheres, denominada comumente de assembleia ou reunião.

Estas definições do que venha a ser cooperação, autogestão e solidariedade nos permite pensarmos as diferentes manifestações dentro do universo destas comunidades tradicionais. O exercício que se desvela, após culturalmente conceituados estes princípios, é o de compreender qual a relação que eles estabelecem com determinada ideia de emancipação social e desenvolvimento.

Em busca de objetivos maiores: concepções acerca da emancipação social e de desenvolvimento (Bem Viver)

O senso comum é prático e pragmático, reproduz-se colocado às trajetórias e às experiências de vida de um dado grupo social e, nessa correspondência, inspira confiança e confere segurança. [...] desconfia da opacidade dos objetivos tecnológicos e do esoterismo do conhecimento em nome do princípio da igualdade [...] é interdisciplinar e não metódico, não resulta de uma prática estritamente orientada para produzir, reproduz-se espontaneamente no suceder cotidiano da vida e por estas razões é emancipatório. (Santos 2007: 108)

Evidentemente, a emancipação de que tratamos se refere a um conhecimento primordialmente produzido pelas minorias excluídas. O fato de tornar o conhecimento emancipatório um novo senso comum, ou um novo conhecimento do novo científico, significa invariavelmente desintegrar a linha abissal de exclusão. Para isto, existem três vértebras centrais a serem reelaboradas na dimensão do senso comum (Santos 2007):

1. Um novo senso comum ético: solidário, apoiado na valorização do princípio da comunidade onde a solidariedade responde por sua dimensão ética, a participação por sua dimensão política e o prazer por sua dimensão estética.

2. Um novo senso comum político: participativo, reempoderando o contingente populacional outrora excluído aos processos de regulação da esfera pública, promovendo a repolitização global da vida coletiva.

3. Um novo senso comum estético: reencantado pela superação do dualismo entre sujeito e objeto onde o prazer, paixão, emoção, retórica, estilo, biografia guiam os discursos e práticas científicas e sociais contra o consumismo, o isolacionismo da arte moderna e o absolutismo da verdade científica.

A implementação de políticas emancipatórias começa pela formação de agentes capazes de voltar-se inicialmente para conhecer a maneira como as pessoas conhecem e não para a definição do que as pessoas devem conhecer ou apreender. Não se trata meramente de um procedimento metodológico; há implicações epistemológicas e ético-políticas que demarcam a transição das atitudes autoritárias para democráticas e de relações verticais para horizontais. [...]. Portanto, nosso conceito de emancipação pode ser definido como multidimensional, participativo e local. Primeiro como processo multidimensional, retomando a ideia de que a identidade do ser humano não se constitui fundamentalmente no lugar que ocupa nas relações produtivas, mas inclui as dimensões provenientes das relações domésticas, sociais, éticas, sexuais, culturais, etc. (Ferrari 2008: 46-47)

Neste sentido, o processo de emancipar-se está intimamente ligado à capacidade de aceder à maioria de consciência, entendendo-se, percebendo-se. Significa livrar-se do poder exercido por outros, atingindo em seus mais elevados graus, autonomia suficiente para exercer sua capacidade civil cidadã, dentro do Estado Democrático de Direito³ (Cattani 2009).

Esta concepção de emancipação social alia-se muito bem, não apenas ao caso das comunidades indígenas e ribeirinhas da Amazônia brasileira, mas dos povos camponeses e bosquesinos latinos em geral, que gradualmente galgam uma concepção alternativa de desenvolvimento representada no conceito de Bem Viver.

Assumimos como Bem Viver a consolidação de práticas coletivas que reconstruem os tecidos socioeconômicos, inovando a atual concepção de desenvolvimento pautada no progressivo avanço do ideário do lucro e da acumulação competitiva, respeitando as dimensões locais econômicas, sociais, culturais e ambientais. Bem Viver é gerar a capacidade e o direito de cada um construir e manejar com liberdade os recursos mínimos para sua vida cotidiana, como a terra, a água e os insumos, de maneira equilibrada e sustentável. O Bem Viver articula-se intimamente com a educação, juntos promovendo transformações significativas sobre o pensar desenvolvimento nestes territórios:

Institui-se, assim, um mecanismo de inspiração solidarista que contribui para o Bem Viver de toda a sociedade, denominado subsidiariedade, em que a promoção do Bem Viver de cada pessoa — neste caso, em sua dimensão *produtiva* — contribui para o *Bem Viver* de toda. Não se trata as dimensões sociais e culturas como subalternas à dimensão econômica. Pelo contrário subordina-se o desenvolvimento econômico à promoção do Bem Viver do conjunto da população. Por isso mesmo, a educação não é compreendida como formação de capital humano ou capital social, pois nesse caso ela seria reduzida a um fator produtivo, sob uma lógica de geração de lucro. Ela é compreendida sob a perspectiva libertadora, de realização da cidadania: de conscientização e de capacitação de cidadãos e cidadãs para exigir e exercer o conjunto de seus direitos, para mobilizar-se em função da geração de novos direitos e para modificar leis injustas (Mance 2004: 15).

Choquehuanca (2010) sustenta que o Bem Viver significa “recuperar a vivência de nossos povos, recuperar a Cultura da Vida e recuperar nossa vida em completa harmonia e respeito mútuo com a Mãe Natureza, a Pachamama”. Ou, como afirma Juarez, um dos informantes de nossa pesquisa: *desenvolver nossas comunidades é fortalecer nossa cultura para poder viver bem na nossa terra.*

É importante deixar claro que assumimos o Bem Viver do ou *Buen Vivir*, (originária dos povos tradicionais andinos), enquanto sinônimo de bem-estar adotado por nós como referência aos povos amazônicos⁴.

Nas comunidades estudadas o termo *desenvolvimento* geralmente refere um movimento moderno ligado à cultura global, sempre percebida por uma esfera positiva de integração, porém como ameaça aos costumes e hábitos tradicionais, assim como promotora do desencantamento da vida comunitária. Bem Viver ou bem-estar são as reais perspectivas de desenvolvimento que apresentam os povos tradicionais estudados. O conceito de bem-estar encontra-se sob o equilíbrio entre a intervenção do povo e o meio onde intervém. Um conceito de condições espirituais e materiais de harmonia com a natureza e que acaba por gerar uma série de acordos comunitários, comportamentos e percepções voltadas a certo estilo de vida.

Como base deste conceito de bem-estar encontra-se o conceito de abundância, simplificado pela capacidade de encontrar no território o que se almeja para a vida boa. Na cosmovisão bosquesina⁵, abundância subsidia-se por um equilíbrio entre retirar e dar ao território; portanto um conceito ecológico, cultural e relacional entre os moradores da selva, suas ações e a natureza.

La importancia que tiene precisar el concepto de bienestar, y específicamente el bienestar colectivo, es poder dilucidar cómo este concepto no se relaciona única, ni principalmente, con los aspectos del crecimiento económico, si no que va mucho más allá, al considerarse como un concepto pluralista y holístico que necesariamente involucra aspectos ecológicos, culturales,

sociales y políticos. Esa dimensión es la que lleva a plantear que el enfoque del desarrollo humano resulta un concepto alternativo de bienestar humano válido para los pueblos indígenas, en cuanto es capaz de tener en cuenta en toda su dimensión las particularidades de sus modos de vida y la relación que como sociedad sostiene con los bosques amazónicos (Acosta 2013).

Expostas as percepções culturais a respeito dos princípios da cooperação, solidariedade, autogestão, e dos objetivos maiores referentes à emancipação social e desenvolvimento atrelado à ideia de bem-estar para os povos indígenas e ribeirinhos da região do Alto Solimões, na Amazônia brasileira; devemos, de maneira sucinta, responder a questão de como a aplicação de tais princípios possibilitam a construção destes objetivos.

O fortalecimento de práticas pautadas pelos princípios da cooperação, solidariedade e autogestão podem ser ferramentas eficientes na reconstrução da Emancipação social de povos tradicionais da Amazônia?

O Projeto Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Brasileira/Projeto Bem-Viver foi desenvolvido pela ISCOS, com vinte e duas comunidades indígenas e ribeirinhas do Alto Solimões entre os anos de 2010 e 2016, aplicando os princípios da cooperação, da solidariedade e da autogestão no trabalho efetivo em áreas como a piscicultura, a meliponicultura, o artesanato, a agricultura familiar e a potabilização de água.

Entre os resultados⁶ concretos destas ações podem ser destacados: instalação de sistemas de potabilização de água, formação de 34 agentes comunitários de saúde, campanha sobre o uso de água potável nas escolas comunitárias, 846 colmeias e um meliponário matriz, formação de 290 agentes de promoção da meliponicultura, sensibilização do uso nutritivo do mel nas escolas comunitárias, apoio no plano de gestão da Associação de produtores de Mel (APMEL), construção de três tanques de piscicultura com constituição de planos de gestão comunitária, 60 Sistemas de Plantio Agroflorestais (SAF), três viveiros de mudas, formação de 75 Agentes de Promoção Agrícola, constituição de um Fundo Rotativo Solidário intercomunitário, formação de 60 jovens em educação ambiental, um campo de multiplicação de sementes e a consolidação do primeiro Banco Intercomunitário de Sementes Tradicionais do Alto Solimões, consolidação de uma fábrica de poupa de frutas administrada pela também criada Associação de Produtores e Produtoras de Benjamin Constant (ASPRO-BC), qualificação para 64 artesãs indígenas e apoio a 3 associações de artesanato.

É importante frisar que praticamente nenhuma destas metas estavam estipuladas no início das ações do Projeto, que por sua vez, teve a habilidade de moldar-se as demandas locais a partir das reuniões sistemáticas de organização e planejamento com os próprios comunitários. As metodologias de formação foram desenvolvidas através de um programa de troca horizontal de saberes chamado Programa Produtor a Produtor (PaP), onde os participantes/comunitários escolhiam os temas a serem abordados, as comunidades envolvidas nas ações formativas práticas, e eles mesmo, com apoio dos técnicos do projeto, ministravam as aulas para os demais comunitários a partir de seus conhecimentos tradicionais.

Após a análise minuciosa de seus resultados somos capazes de afirmar que as intervenções realizadas com tais comunidades foram inovadoras e efetivas no sentido de gerar protagonismo comunitário, cooperação intercomunitária, organização popular e melhorias na qualidade alimentar, de renda e trabalho. Não há dúvidas que os conhecimentos intercambiados por esses agricultores e agricultoras representam o início de um processo de qualidade de vida e emancipação social que já estão operando no cotidiano dessas comunidades.

Chama atenção não apenas o volume de ações, mas o caráter inédito delas no Alto Solimões, pois as metodologias apoiadas nos princípios aqui em estudo não encontravam precedentes no histórico de intervenções do poder público ou demais entidades de apoio junto a estes povos. Através dos espaços de Autogestão, por exemplo, surgiu à demanda local pelo resgate das sementes tradicionais e se concretizou o primeiro Banco de Sementes Tradicionais do Alto Solimões. Fenômeno esse, intimamente relacionado com as ideias de abundância, independência e soberania que permeiam a emancipação social e o bem-estar.

Através dos pactos cooperativos estipulados dentro de cada comunidade para o uso adequado da água potável, por exemplo, desencadeou-se um processo de apropriação da intervenção, fazendo com que os próprios comunitários criassem o Comitê dos Cuidadores da Água que, por sua vez, em cooperação autônoma com as lideranças locais, aplicaram a Campanha do Bom Uso da Água Potável nas escolas.

Vinculada às ideias de Bem Viver e emancipação social, as concepções de soberania alimentar, relação equilibrada entre produção familiar e meio ambiente e a busca de independência frente aos agentes externos, foi que comunitários, também por própria conta, criaram o plano de manejo sustentável para os tanques de piscicultura, fundos rotativos e compras coletivas.

A partir de um inicial estímulo em criar e garantir espaços de encontro, pessoas de distintas comunidades indígenas e ribeirinhas passaram a identificar demandas comuns, fortalecendo aspectos coletivos da identidade

desses povos bosquesinos. Essa identificação desencadeia processos subjetivos de pertinência que por sua vez, são o fôlego para mais cooperação e solidariedade.

Comprova-se que, com as devidas críticas e desafios, no âmbito geral, o Projeto em questão, através do emprego dos princípios de cooperação, solidariedade e autogestão, obteve êxito na melhora da qualidade de vida dessas populações, incidindo, inclusive no aumento de sua força coletiva e política, na diversificação produtiva e na coesão comunitária. Esse é um ponto fundante para as respostas afirmativas frente à hipótese que busca saber se tais princípios podem ser eficientes na consolidação do bem-estar e emancipação social das populações tradicionais da Amazônia. “Toda essa força, se direcionada para as questões internas das comunidades, toma o caráter de bem-estar, se direcionada aos agentes externos, a sociedade mais ampla, assume caráter de emancipação social” (Lacerda 2016: 241).

Por tanto, a partir desta concreta aplicação dos princípios da cooperação, solidariedade e autogestão, observadas as formas particulares como se manifestam nas realidades indígenas e ribeirinhas do Alto Solimões, concluímos de maneira positiva a respeito das potencialidades de tais princípios na consolidação da emancipação social e no bem-estar destes povos.

Contudo, a pergunta que segue é: como medir o bem-estar das populações tradicionais?

A avaliação equivocada dos estilos de vida tradicionais, amparadas em macro indicadores e seus conceitos arbitrários de desenvolvimento, qualidade de vida, vulnerabilidade social, pobreza e miséria, além de não compreenderem as reais dinâmicas das populações tradicionais, produzem rótulos e perspectivas pejorativas a estes povos, promovendo profunda inadequação das políticas públicas e em última análise, retroalimentando um sistema de exclusão social ou inclusão perversa.

No contra fluxo destes macros indicadores um poderoso movimento está se desencadeando na América Latina, justamente embalado sobre esta perspectiva de Bem Viver ou bem-estar. Ela aponta para a demanda urgente em criarmos indicadores específicos para a medição dos modos de vida nas populações tradicionais e apoia-se numa série de encontros internacionais dos povos indígenas que produziram posições firmes a este respeito:

1. Declaração Política de Kimberlee onde assinala-se a autodeterminação dos povos em controlar e manejar ecossistemas e recursos naturais que são à base de sua existência e centrais na preservação dos conhecimentos tradicional associados à biodiversidade, e a corresponsabilidade com a natureza e da justiça social.

2. Reunião de expertos indígenas de América Latina e Caribe sobre Indicadores de Bem-Estar Humano (IBH); realizada na Nicarágua (2006), que reafirma a criação dos IBH como uma proposta viável para medir os modos de vida indígena, desde que reconheça as classificações e as visões locais sobre o mundo, seus corpos jurídicos e de administração; a conservação de seus modelos de saúde e educação.

3. O Pacto de Pedregal⁷ realizado no México em 2004, com a presença de líderes indígenas⁸ (Universidad Nacional Autónoma de México – UNAM 2008), apontando elementos que devem conter os indicadores que buscam a percepção holística de bem-estar dos povos tradicionais, a saber: terem a capacidade de identificar a população indígena em sua diversidade de credos e culturas; deflagrarem as problemáticas sobre estes estilos de vida; fornecerem informações para a formulação de políticas públicas coerentes; sujeitarem-se à lógica local; contribuir para a consolidação das autoridades tradicionais.

Dentro deste contexto que propomos (Acosta & Lacerda 2017) o Índice de Bem-Estar para Povos Tradicionais (IBPT) aplicado e aprimorado entre os anos de 2013 e 2016 junto a comunidades ribeirinhas e indígenas da Amazônia brasileira e colombiana.

Índice de Bem-Estar para Povos Tradicionais (IBPT): uma alternativa para a avaliação dos modos de vida em sociedades tradicionais

Os pressupostos iniciais dos IBPT estão assentados sob a preocupação da soberania das populações tradicionais em seus próprios territórios, assumindo a premissa de que sempre, frente a qualquer intervenção ou avaliação, seus valores, culturas e hábitos devem ser não só respeitadas, mas percebidas como parte fundante destes processos.

Os IBPT estão apoiados em cinco capacidades elencadas a partir das narrativas dos próprios povos indígenas e ribeirinhos: (1) capacidade de controle coletivo do território; (2) capacidade autônoma de agenciamento cultural; (3) capacidade de garantia e autonomia alimentar; (4) capacidade de construir um ambiente tranquilo; e (5) capacidade de autocuidado e reprodução (Acosta 2013).

A capacidade de controle coletivo sobre o território coloca-se sob a existência de um sistema de parentesco e vizinhança que empenham deliberações sobre o conjunto de elementos e ações que compõem o lugar (Acosta 2013). De maneira concreta, materializa-se sobre fortes instituições locais no território, podendo ser a própria residência do cacique, um centro comunitário de reuniões ou mesmo encontrarem-se personificadas nas

hierarquias culturais, como os anciões, os caciques, os pajés, as parteiras, os presidentes ou conselheiros. Tal capacidade manifesta-se através do indicador referente ao *potencial de governabilidade da população sobre suas terras*.

A capacidade de agenciamento cultural autônoma engloba o já citado controle sobre as intervenções no território trazendo agora o foco, sobretudo, na relação que a comunidade estabelece com os agentes externos. Nessa relação, os povos tradicionais devem promover o imperativo de seus saberes e práticas, colocando a própria comunidade como protagonista das intervenções. Agrega-se a isso o total direito e controle sobre os bens, produtos e saberes gerados em suas terras. Para tanto, se divide em oito indicadores: *potencial de áreas com oferta de recursos naturais disponíveis; áreas que se sobrepõem aos territórios tradicionais; potencial de terra cultivável demandadas por unidades familiares; potencial de população em terras tradicionais; auto reconhecimento étnico; participação da população em práticas culturais estratégicas; pessoas bilíngues na língua própria e em uma língua nacional e, por fim, o grau educacional no sistema não tradicional*.

A capacidade de garantir autonomia alimentar inclui a capacidade de armazenamento de alimentos, conseguir insumos ao plantio, capacidade produtiva familiar, assim como o conhecimento das técnicas apropriadas para gerar mais e melhores frutos. As estas capacidades dão base cinco indicadores: *grau de diversidade dos alimentos produzidos e consumidos; importância cultural dos alimentos na dieta local; meios para conservação e transformação de alimentos; disponibilidade de sementes tradicionais; e população com desnutrição*.

A capacidade de construir ambiente tranquilo encontra subsídio no cumprimento dos códigos e pactos de ética e valores que se estabelecem tradicionalmente no tocante ao respeito ao próximo, para com a natureza, com os costumes, crenças e ritos, pela comunidade, pela cultura e pelas hierarquias. Soma-se a isto, a capacidade de aplicar e adaptar os conhecimentos tradicionais na resolução de problemas. Ela apresenta-se através do indicador *exercício da territorialidade*.

A capacidade de autocuidado e reprodução, por fim, implica na supremacia da visão tradicional a respeito da saúde e da doença, assim como das formas de enfrentá-las. Portanto, está intimamente ligada a manutenção das práticas culturais e inclui a noção ampliada de corporeidade não só da pessoa, mas também ao território. Assim, nestes territórios ressalta-se a necessária harmonia entre a medicina tradicional e a medicina formal. Tal capacidade encontra-se organizada em cinco indicadores: *acesso à água potável; acesso a serviços públicos básicos; recursos humanos tradicionais e não tradicionais disponíveis no combate as enfermidades; cobertura física dos meios para atender as enfermidades e Atenção das mulheres no parto*.

Obviamente, impera a necessidade de adaptação a cada contexto e a cada população, contudo, de maneira geral, os IBPT convidam a exercícios longitudinais que possam gerar análise sobre a construção e a manutenção do bem-estar ao longo do tempo. Além disto, o exercício de construção e aplicabilidade destes indicadores possui, como pano de fundo, um desejo e uma postura política em construir material que possa ser apropriado pelas próprias populações, estando elas capacitadas no manejo com tais indicadores, aptas a promoverem auto avaliações sistemáticas, provocando determinada independência de órgãos externos e macro indicadores. É importante frisar também, que apesar de expostas de maneira sucinta neste texto, cada um destes vinte indicadores e cinco capacidades possui em sua composição um apanhado de formulações quantitativas e qualitativas que, através de um detalhado trabalho em conjunto com as comunidades estudadas⁹, nos permite uma apreciação profunda e adequada de suas perspectivas de bem-estar. Vejamos o estudo de caso promovido junto à comunidade indígena de etnia Tikuna de São João de Veneza.

Aplicação dos IBPT na comunidade indígena de etnia Tikuna, São João de Veneza

Nesta seção apresentaremos de maneira sucinta os resultados da aplicação dos IBPT na comunidade de São João de Veneza. Para maior detalhamento do estudo realizado, assim como da realidade observada nesta comunidade a partir da aplicação destes indicadores, sugere-se ao leitor a observância de estudos anteriores (Lacerda 2016).

Os Tikunas, ou *Magiita*, como se chamam na língua materna, estão entre os povos indígenas mais numerosos do Brasil, atingindo 35.000 pessoas concentradas na região do Alto Solimões e também encontrados em números semelhantes aos brasileiros em território colombiano e em menor volume no Peru, o que os torna um dos maiores povos nativos da América Latina, com aproximadamente 60.000 pessoas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2010).

Especificamente sobre São João de Veneza (SJV), apesar dos registros comunitários indicarem as primeiras ocupações em 1890 com o pioneiro Eduardo Fortes, é aproximadamente quinze anos depois, com Sebastião Diquê seu primeiro diretor, e Manoel Fortes seu primeiro Cacique, ambos nomeados pela Igreja da Cruz¹⁰, que ela toma dimensão de aldeia Tikuna. Em 1973, o fundador e a junta diretiva da Igreja da Irmandade Católica Cruzada Apostólica Evangélica oficializaram SJV como uma comunidade de cunho indígena e religioso. Para o governo brasileiro, ela é legalmente reconhecida em 28 de março de 2001, como parte da terra indígena Lauro Sodré¹¹.

Uma característica marcante da comunidade refere-se à recente explosão demográfica populacional. Tal fenômeno exige das autoridades locais estratégias e mecanismos de incorporação desses recém-chegados de maneira harmônica com os interesses e regras da comunidade, sobre pena de uma difusão de ideias e ações que se distanciam dos interesses coletivos e culturais.

Em 2015, a comunidade contava com 250 habitantes e 43 famílias. De acordo com as fontes de aplicação dos Indicadores de Bem-Estar Humano Indígena, embasadas nos dados do GPEDA, da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) e da própria comunidade; em 2014, observou-se uma verdadeira explosão demográfica, aumentando em 86 pessoas e 12 famílias o contingencial populacional. Entre 2003 e 2015, constata-se um aumento de 40% da população em números brutos. O principal fator para esse substancial crescimento é a já referida chegada de parentes Tikunas e Cocamas (Lacerda 2016).

Na verdade, a diversidade é marcante em SJV sobre várias dimensões. Além da diversificada população, a comunidade é multireligiosa, com representações das igrejas da Cruz, Católica, Batista e Evangélica. Tais representatividades, de acordo com os informantes, articulam-se de maneira harmônica entre si e com o presidente da associação, o vice-presidente, o cacique e o vice Cacique.

Existe uma possível interpretação para a comunidade possuir tantas e distintas lideranças e ela fundamenta-se substancialmente na ideia de que a diversidade de líderes está posta justamente no sentido de gerar governabilidade coerente e harmônica em uma população significativamente numerosa, crescente e também muito diversa. Esse é, inclusive, um dos elementos que subsidia a capacidade de construir um ambiente tranquilo para viver.

Analisado estes dados conclui-se que SJV apresenta boa Capacidade de Controle Coletivo do Território. Esta capacidade se embasa em certa unidade territorial através de autogestão, respeito e compartilhamento de jurisprudência entre diferentes lideranças, harmonia entre as organizações locais, existência de normas e estatuto próprio assumido por todos, assim com a ausência de conflitos de ordem religiosa, econômica, ambiental¹², cultural que afetem diretamente o cotidiano da comunidade.

Seguindo na análise dos IBPT, no tocante a alimentação catalogamos 10 espécies de peixes¹³, três espécies de animais de caça, e 16 espécies de plantio, demonstrando significativa diversidade, totalizando 29 espécies. Chama à atenção, nos últimos cinco anos (2010-2015) o aumento em torno de 58,62% na diversidade alimentaria. Esse acréscimo, em grande parte, é fruto da dedicação das famílias envolvidas nas ações do Projeto anteriormente citado, que despendendo energia humana e material na diversificação produtiva e no manejo sustentável dos solos.

Sobre o armazenamento das sementes, outro indicador que nos demonstra a Capacidade de Garantia e Soberania Alimentar, a principal incidência está sobre espécies de feijão, milho e mandioca. Para armazenar as sementes utilizam-se o método tradicional, secando-as ao sol e guardando-as em garrafas de plástico. As demais sementes são compradas no comércio local ou doadas por órgãos governamentais. Parte das famílias ligadas a ASPRO-BC realizam a compra coletiva dessas espécies, barateando ao final, o custo dos insumos.

Sobre os produtos perecíveis, a chegada da energia elétrica de maneira constante em 2013 produziu certo desuso de práticas tradicionais de armazenamos, como o ato de salgar alimentos. Evidentemente, tal fenômeno reflete a segurança gerada pela energia constante na conservação de alimentos. Poder estocar peixe ou carne, por exemplo, equilibra pontos de instabilidade na aquisição alimentar que podem ameaçar inclusive a condição familiar, como temperaturas muito quentes impossibilitando o trabalho na roça; situações de enfermidade que demandam deslocamento a cidade; chuvas ou secas excessivas desestabilizando a oferta de alimento.

Destarte, frente à significativa quantidade de alimento produzido nas unidades familiares, chama a atenção o baixo volume de sementes armazenadas de uma safra para outra, restringindo-se apenas três espécies. Esse fenômeno deflagra uma vulnerabilidade frente à autonomia alimentar, sendo a comunidade constantemente levada a contar com doações governamentais de insumos ou a compra deles no mercado local. Em vista disso, os Indicadores sinalizam fragilidade em elementos importantes da constituição de sua capacidade de soberania alimentar. De acordo com as lideranças, atualmente, SJV conta com 10% da população em risco de desnutrição. Afirmam que as causas estão relacionadas a desestruturas familiares ou perda súbita da produção agrícola.

Sobre a capacidade de agenciamento cultural autônomo, informa-se que a comunidade conta com duas grandes festas tradicionais: a Festa de São João de Veneza realizada desde 1998 e a Festa do Açaí, que teve sua primeira edição no ano de 2015. Na primeira, participam aqueles que seguem a religião católica, ficando de fora parte significativa da população que se dedica a outras crenças religiosas. Sobre a segunda, informaram que houve participação ativa e massiva de toda a comunidade ao longo das duas edições realizadas. A típica Festa da Moça Nova, conhecida como símbolo cultural da etnia Tikuna, quando a menina faz a transição da juventude para a vida adulta, não é realizada na comunidade há mais de 15 anos, visto a recusa de muitas meninas em passar pelo ritual, assim como pela dificuldade para a família em preparar a festa que pode durar muitos dias, com fartura de comida e bebida para os convidados.

A Escola Municipal Maravilha, apesar de fisicamente obedecer a um padrão estereotipado das escolas públicas do município é uma escola indígena e dessa forma com direitos, deveres e características atrelados à Resolução Federal 03 de 1999, que regulamenta as escolas indígenas no Brasil. Em São João de Veneza, 56% da população encontra-se vinculada ao processo formal/tradicional de educação, 95% da população falando fluentemente o português e o espanhol, porém mais de 50% da população não domina a língua indígena materna, comentam as lideranças.

Nesse caso, em contraponto a algumas análises que possam levar a crer em gradual distanciamento de sua cultura tradicional através da diminuição de falantes da língua materna ou da inexistência da festa culturalmente tradicional; o enfoque educativo que se apresenta na escola da comunidade é de extrema valorização da cultura Tikuna, compreendendo que o processo de alfabetização cultural inicia em casa e na família. Ademais, a alta taxa de pessoas envolvidas na educação formal, assim como significativa população bilíngue no manejo do espanhol e do português é uma fortaleza cultural, pois denota importante capacidade de articulação da comunidade com as demais culturas locais que compõem a tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru.

Sendo assim, a capacidade de agenciamento cultural autônomo encontra suas fortalezas na predominância da cultura Tikuna em pontos fundamentais da estrutura comunitária cotidiana. Elementos referentes à diminuição de falantes da língua materna ou de festas especificamente tradicionais devem ser observados com maior cuidado ao longo do tempo, visto que tratar-se de uma comunidade significativamente diversa, influenciada por múltiplas implicações religiosas e étnicas.

Por fim, sobre a capacidade de autocuidado e reprodução informaram às lideranças que o sistema de potabilização angariado junto a ISCOS encontra-se há 10 meses em desuso por falta de manutenção. As famílias, em suas moradias, armazenam água da chuva em caixas de água e galões, por algumas vezes tratando-a com pastilhas de cloro. Já a respeito do acesso a serviços públicos, seguem a tendência de todas as comunidades indígenas e ribeirinhas da região, não dispondo de esgoto, nem canalização de água ou destinação adequada para o lixo, que geralmente é queimado.

A generalizada precariedade dos serviços públicos básicos no Alto Solimões sinaliza o descaso governamental ao longo das históricas intervenções nesses territórios e aponta para os desafios ainda não superados no tocante ao bem-estar e os direitos humanos no interior da Amazônia.

São João de Veneza conta com cinco pessoas de referência no manejo das plantas e na medicina tradicional, além de dois agentes de saúde indígena. Relatam que a dinâmica entre esses dois saberes medicinais é harmônica e

complementar. É, portanto, significativo o número de pessoas que servem de referência à saúde local, mostrando a aliança e harmonia entre as práticas tradicionais e formais de medicina.

Essa afirmativa é outro fato positivo frente a sinais de um possível afastamento da população de São João de Veneza das práticas ditas tradicionais da etnia Tikuna; mostra-se aqui, que a respeito das práticas medicinais a população encontra-se intimamente vinculada à cultura de origem. Para casos mais graves, as pessoas se locomovem para as estruturas municipais de saúde em Benjamin Constant ou ao polo base de saúde na comunidade indígena Filadélfia, também de etnia Tikuna.

Nesse sentido, a cobertura do pré-natal é universal e feita na comunidade e no município. As três parteiras da comunidade realizam mais de 70% dos partos e isto demonstra importante sentimento de confiança na cultura tradicional sobre fenômenos fundamentais da vida, como o nascimento. Por fim, este contexto confirma a adequada Capacidade de Autocuidado e Reprodução, inclusive refletido na inexistência de mortalidade infantil na comunidade.

Em vista do exposto, através da aplicação dos Indicadores de Bem-Estar para Povos Tradicionais, conclui-se que o bem-estar em São João de Veneza está na harmonia entre diferentes tendências culturais e religiosas propagada sob a legislação de normas coletivas e a jurisprudência de lideranças articuladas e respeitadas, canalizando esforços para a consolidação de um lugar comum e tranquilo para se viver.

Sobre as intervenções operacionalizadas a partir dos princípios da cooperação, da solidariedade e da autogestão, evidencia-se fortalecimento direto da capacidade de garantir a autonomia alimentar através da implantação dos SAF, do Banco de Sementes, da piscicultura e do fortalecimento da meliponicultura em São João de Veneza. Indiretamente podem-se perceber também benefícios na Capacidade de Autocuidado e Reprodução através da diminuição de pesticidas nas plantações, ou na Capacidade de Controle coletivo do Território através do fortalecimento do protagonismo e da coesão comunitária originada de trabalhos coletivos cooperados e solidários.

A imagem sistematiza os resultados derivados da aplicação dos IBPT em São João de Veneza:

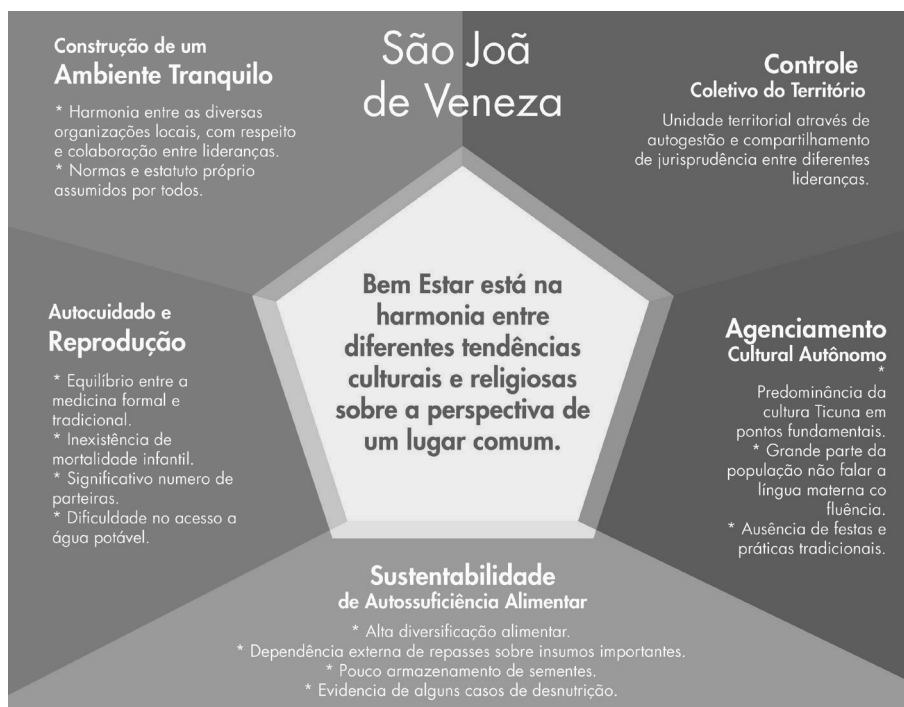


Figura 1. Síntese dos IBPT em São João de Veneza. Fonte: Lacerda (2016: 25).

Considerações finais

Considera-se, por fim, a eminente necessidade de construirmos culturalmente, em colaboração com as populações tradicionais, as perspectivas locais a respeito dos conceitos comumente empregados na análise de suas dinâmicas e constituições vitais. Sendo assim, neste exercício percebemos o que, para os indígenas e ribeirinhos da região do Alto Solimões, na Amazônia brasileira, significam: cooperação, autogestão, solidariedade, bem-estar (desenvolvimento) e emancipação social.

Através do estudo aprofundado das intervenções propagadas pelo Projeto Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica do Brasil/Projeto Bem-Viver comprovamos a hipótese de que práticas pautadas pelos princípios da cooperação, da solidariedade e da autogestão podem ser ferramentas eficientes na conquista de bem-estar e emancipação social.

Apoiados nestas perspectivas, apresentamos os Indicadores de Bem-Estar Humano para povos Tradicionais (IBPT) e através de sua aplicação em uma comunidade indígena de etnia Tikuna percebemos as reais dimensões que devem ser avaliadas caso desejemos construir exercícios coerentes de avaliação da qualidade de vida destas populações e auxiliá-los na luta por suas demandas.

Conclui-se com o desejo de que este exercício auxilie na consolidação de um novo senso comum prático, pragmático, ético, estético e político promovendo certa justiça conceitual, ao mesmo tempo em que auxilie na conformação de políticas públicas e sociais mais fidedignas com as realidades em que pretendem intervir, contribuindo também com a construção de certa justiça social. Acima de tudo, conclui-se com o desejo de que tais conceitos e indicadores possam servir aos interesses das populações tradicionais na consolidação de maior bem-estar e emancipação social.

Notas

¹ Racionalidade moderna ou também razão indolente é um termo comumente aplicado por Boaventura de Sousa Santos em *A crítica da razão Indolente* (2007) para caracterizar a racionalidade da sociedade atual que buscando ser a única produtora da verdade, acaba por desqualificar as demais formas de saber e viver, produzindo assim as ausências sociais. Contra ela o autor propõe a sociologia das emergências, através da ecologia dos saberes e dos procedimentos de tradução.

² Geralmente também denominado mutirão, ou nas comunidades colombianas e peruanas de *minga*.

³ Livrar-se do poder exercido por outros dentro do Estado democrático de direito entende-se ter plena liberdade de usufruir de seus direitos constitucionais, ter consciência de seu papel como cidadão.

⁴ Estão em curso estudos aprofundados comparativos sobre as duas perspectivas no sentido de analiticamente comprovar sua equivalência ou distinções, por hora, nós os tomamos como equivalentes (Lacerda e Acosta 2016).

⁵ Bosquesinos: termo utilizado por Gasché e Vela (2011) para caracterizar as comunidades que vivem na floresta, no qual, respeitando suas peculiaridades, agrupam-se em torno de elementos comuns como a vida subsidiada pelos rios e matas, a existência estrutural da agrícola familiar, cosmovisões que superam as binariedades contemporâneas entre homem e natureza. Tal termo tem sido muito empregado nos estudos amazônicos, ofertando coesão entre temas pertinentes as populações tradicionais.

⁶ Os resultados são derivados de uma metodologia de coleta de dados estruturada em três fases: entrevistas semiestruturadas, grupos focais e estudos de caso. Neste sentido, ao longo de três anos foram realizadas 22 entrevistas, 11 grupos focais e 4 estudos de caso, buscando abarcar a diversidade territorial, populacional e de ações que tal projeto em estudo abrangia. Para saber mais, v. Lacerda (2016).

⁷ Consignado ao documento Povos Indígenas e os Indicadores de Bem-Estar e Desenvolvimento (Organização das Nações Unidas – ONU 2008) produto da VII Sessão do Fórum permanente para as questões indígenas da ONU do ano 2007.

⁸ Líderes indígenas de Argentina, Belize, Colômbia, Bolívia, Brasil, Canadá, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá e Peru.

⁹ O trabalho de aplicação destes indicadores junto à comunidade foi desenvolvido ao longo de três anos (2013-2015) sobre as seguintes etapas: Levantamento de material bibliográfico e documental; entrevistas com duas lideranças comunitárias; elaboração de um panorama geral a respeito dos indicadores; duas visitas a comunidade no intuito de aprofundar as percepções iniciais; retroalimentação das tabelas referentes aos indicadores; construção da linha de base analítica sobre o bem-estar na comunidade; devolução e retroalimentação das informações através de reunião na comunidade e, por fim, a elaboração do documento final.

¹⁰ Para saber em detalhes, v. Guareschi (1985).

¹¹ Lauro Sodré foi importante personalidade paraense e, na proclamação da República, foi nomeado Secretário e Patrono de Benjamin Constant. O processo de demarcação deu-se por um intenso processo de acordos e reuniões entre tais povos e agentes do governo, arrastou-se por anos, até que definitivamente tais terras fossem homologadas. A terra indígena de Lauro Sodré comporta quatro distintas comunidades. Para saber mais, v. Erthal & Almeida (2004).

¹² Existem queixas das lideranças das comunidades de que há alguns anos, durante determinadas épocas, madeireiros de Benjamin Constant entram em terras indígenas para a retirada de madeira de forma ilegal, afirmam ainda que apesar de comunicadas as autoridades não tomam as devidas providências e por fim, relatam que este fato não acarreta em conflito porque os madeireiros exploram parcelas longínquas das terras, onde o comunitário não tem fácil acesso.

¹³ De acordo com os estudos de Gasché e Vela (2011) a forma mais utilizada de pesca pelos Tikunas é a pesca com vara, seguida da malhadeira (grande rede sustentada por boias), depois o arpão, o espinhel e a flecha. E seus principais lugares de pesca são os remansos e lagos, seguido das margens do rio, assim como a principal forma de armazenamento dos peixes é moquear ou salgar. Moquear é o ato de defumar animais, no sentido de deixá-los mais resistentes a decomposição do tempo e mais protegidos de parasitas.

Referências

ACOSTA, L.E. (2013). *Pueblos indígenas de la Amazonia e indicadores de bienestar humano en la encrucijada de la globalización: estudio de caso Amazonia colombiana*. (Tese de doctorado). Departamento de Economía Aplicada I, Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales, Universidad de Bilbao.

ACOSTA, L.E & LACERDA, L.F. (2017). Indicadores de Bem-estar para Povos Tradicionais (IBPT): o caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia brasileira. *Cadernos IHU Ideias*, 15(256). São Leopoldo, UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos - RS.

- ANJOS, E. GOMES. (2012). *Práticas e sentidos das cooperativas de trabalho: um estudo a partir da economia solidária*. (Tese de Pós-Graduação em Ciências Sociais). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo – RS.
- BOBBIO, N. (2004). *Dicionário de política*. Brasília: UNB.
- CATTANI, A. (2009). Emancipação social. Em: *Dicionário internacional da outra economia* (pp. 74-89). Coimbra: CES.
- CHOQUEHUANCA, M. (2010). *Comunicado oficial do governo boliviano sobre as novas políticas de desenvolvimento humano e social*. La Paz: Ministério Agrário.
- ERTHAL, R.M. & ALMEIDA, F.V. RIBEIRO. (2004). O GT Lauro Sodré em uma perspectiva de história da demarcação de terras indígenas no Alto Solimões. *Revista de Estudos e Pesquisa – FUNAI*, 1(1): 141-180.
- FERRARINI, A.V. (2008). *Pobreza: Possibilidades de construção de políticas emancipatórias*. São Leopoldo: Óikos.
- GAIGER, L.I. (2004). A economia solidária no Brasil e o sentido das novas formas de produção não capitalistas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28(82): 7-35.
- GASCHÉ, J. & VELA, N. (2011). *Sociedad bosquesina*. Tomo I. Iquitos: Instituto de Investigaciones de la Amazonia Peruana.
- GUARESCHI, P.A. (1985). *Cruz e o poder: A irmandade da Santa Cruz no Alto Solimões*. Petrópolis: Vozes.
- GUDYNAS, J. (2011). *O conceito de Bem Viver*. Petrópolis: Vozes.
- INSTITUTO BRASILEIRO de Geografia e Estatística – IBGE. (2010). Censo demográfico da população brasileira. <https://bit.ly/2uNJo4g>
- JESUS, P. & TIRIBA, L. (2009). Cooperação. En: Cattani, A., Laville, J., Gaiger, L. & Hespanha, P. *Dicionário internacional da outra economia* (pp. 32-46). Coimbra: Almedina.
- LACERDA, L.F. (2013). *Governar-se para quê? Práticas de gestão dos empreendimentos econômicos solidários: o caso da cadeia produtiva Justa Trama*. Porto Alegre: EDPUCRS.
- LACERDA, L.F. (2016). *Por uma sociologia das emergências: perspectivas de emancipação nos territórios de ausências amazônicas*. (Tese de Doutorado). São Leopoldo-RS: UNISINOS.
- LACERDA, L.F. & VERONESE, M. (2011). Governar-se para quê? Construções subjetivas dos trabalhadores de empreendimentos econômicos solidários. *Revista Política e Trabalho*, 1(1): 10-20.

LAVILLE, J. (2009). Solidariedade. En: Cattani, A., Laville, J., Gaiger, L. & Hespanha, P. *Dicionário internacional da outra economia* (pp. 112-126). Coimbra: Almedina.

MANCE, E. (2004). *A revolução das redes*. Petrópolis: Vozes.

MOTHÉ, D. (2009). Autogestão. Em: Cattani, A., Laville, J., Gaiger, L. & Hespanha, P. *Dicionário internacional da outra economia* (pp. 152-174). Coimbra: Almedina.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. (2008). *Os povos indígenas e os Indicadores de Bem-Estar e Desenvolvimento*. Informe Preliminar – Documento de Trabalho.

SANTOS, B. (2007). *A crítica da razão indolente: contra a lógica do desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez.

UNIVERSIDAD NACIONAL AUTÓNOMA DE MÉXICO – UNAM. (2008). Los pueblos indígenas y los indicadores de bienestar y desarrollo “Pacto del Pedregal”. Informe preliminar de documento de trabajo. VII Sesión de Foro Permanente de las Cuestiones Indígenas Organización de las Naciones Unidas. Nueva York: ONU.